

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017



C. M. CASTELO DE PAIVA
PRESENTE NA REUNIÃO DE 2018/04/13
DELIBERAÇÃO

Deliberado por maioria, 4 os aptos con-
tra dos Vereadores do PSD, (Voto
de qualidade do Sr. Presidente de
Câmara) aprovar os documentos de
prestação de Contas e a aplicação
do RLE, bem como, de os remeter à
A.M. para aprovação.

V. J. Almeida

A. M. CASTELO DE PAIVA
PRESENTE NA REUNIÃO DE 2018/04/23
DELIBERAÇÃO

Deliberado por maioria, com 5 vo-
tos Contra (4 G-MPSD e 1 do PSD/PP),
3 abstenções (G-MPSD - Presidentes
das Juntas / União de Freguesias)
e 15 votos a favor (12 G-MPSD e 3
dos Presidentes de Junta / União de
Freguesias e 1 voto pelo PS) aprova
os documentos de prestação de Contas.

V. J. Almeida

1870-1871
 The first year of the
 school was a very
 successful one. The
 school was well
 attended and the
 students were
 very well
 behaved.

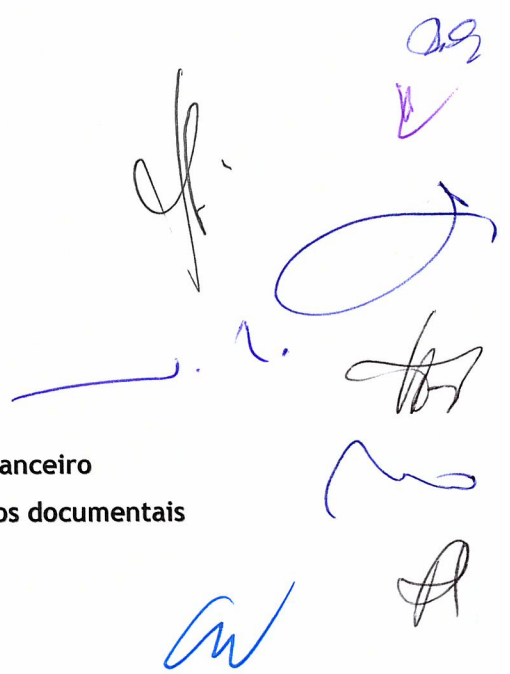
1871-1872
 The second year of the
 school was also a
 very successful one.
 The school was well
 attended and the
 students were
 very well
 behaved.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017



**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

- 
- I. **Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro**
II. **Anexos às Demonstrações Financeiras e respectivos anexos documentais**

Município de Castelo de Paiva

1. Nota Introdutória –

A Lei 42/2016 de 28 dezembro, estabeleceu as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017, contendo assim as regras necessárias e imprescindíveis a um rigoroso e adequado acompanhamento da execução orçamental, como instrumento decisivo ao integral cumprimento dos princípios e linhas orientadoras fixadas pelo Orçamento do Estado para 2017.

Neste contexto, são consagradas regras respeitantes à gestão da tesouraria do Estado, à prestação de informação por parte dos diferentes subsectores e à consolidação orçamental. Destacam-se ainda várias outras medidas de garantia de boa execução orçamental, tais como as que dizem respeito à recuperação de créditos decorrentes de créditos ou participações financeiras concedidas pelo Estado, à gestão de pessoal e à gestão do património imobiliário do Estado, visando promover uma racional utilização do mesmo, pautada por bons princípios de gestão.

Na linha de orientação destes princípios, o presente relatório elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL, espelha a Execução do Orçamento do Município de Castelo de Paiva para 2017 e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

Neste âmbito, o relatório de gestão completa o quadro de prestações de contas, ampliando e comentando informação contida no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da despesa e da receita.

Na elaboração deste documento, dada a necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, foi seguida a seguinte metodologia:

Numa primeira instância, apresenta-se uma síntese das actividades desenvolvidas pela análise da execução das Grandes Opções do Plano (GOP's).

Numa fase subsequente, apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, centrada na execução da Despesa e da Receita.

Numa terceira instância, insere-se uma apreciação económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

E, por último, aborda-se a situação da dívida do município.

Em anexos, e em documentos autónomos junta-se o “Anexo às Demonstrações Financeiras” e o “Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”.

2. Enquadramento Legal

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Órgão Executivo do Município submeter, para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, os documentos de Prestação de Contas.

O órgão deliberativo, sob proposta do executivo, aprecia e vota os documentos de prestação de contas [alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro], na sessão realizada em Abril de cada ano.

Os documentos de prestação de contas, obedecem a modelos uniformes apresentados ao longo dos pontos 5, 7 e 8 do POAL e em instruções do Tribunal de Contas (Resolução 4/2001, de 18 de agosto), devendo o envio de documentos de Prestação de Contas ser remetido:

- Ao Tribunal de Contas, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, até 30 de Abril do ano seguinte àquele a que respeitem [n.º1 do artigo 74º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais- RFALEI), conjugado com o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26/08 – LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, alterada pela Lei n.º 87-B/98, de 31/12, pela Lei n.º 1/2001 de 04/01, pela Lei n.º55-B/2004, de 30/12 e pela Lei n.º48/2006, de 29/08], instruídas de acordo com a Resolução n.º 6/2013 – 2ª Secção, que procede a alteração à Resolução n.º 4/2001 – 2.a Secção.
- À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da respectiva área de actuação, até 30 dias após a respectiva aprovação e independentemente da apreciação pelo órgão deliberativo, devendo ser enviados a este organismo os documentos elencados nas alíneas c) a g) do n.º 1 do artº 6º do POAL.
- Ao Instituto Nacional de Estatística (INE), até 30 dias após a aprovação dos mesmos (artigo 7º do POAL).
- À Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em aplicação informática própria disponibilizada por esta entidade para o efeito.

Município de Castelo de Paiva

A prestação de contas e o Relatório e Contas do exercício 2017 serão disponibilizados no respetivo sitio em <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/prestacao-de-contas>, artigo 79.º da Lei das Finanças Locais.

O auditor externo é o responsável pela certificação legal de contas do Município pertencendo a sociedade de revisores Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC, nomeado pela Assembleia Municipal nos termos do artigo 77.º da Lei supra citada.

3. Composição do Executivo Municipal

GONÇALO FERNANDO DA ROCHA DE JESUS (1)

(PRESIDENTE)

ANTÓNIO DOS SANTOS RODRIGUES (1)

(VICE-PRESIDENTE)

JOSÉ MANUEL MOREIRA DE CARVALHO (1)

(VEREADOR)

CLÁUDIA VANESSA DA SILVA RODRIGUES PEREIRA (1)

(VEREADORA)

MANUEL JOAQUIM DE ALMEIDA JUNOT (2)

(VEREADOR)

NORBERTO DOS SANTOS RODRIGUES MOREIRA (2)

(VEREADOR)

LUÍS FILIPE CARDOSO VALENTE (2)

(VEREADOR)

JOSÉ DUARTE DE SOUSA E ROCHA (3)

(VEREADOR)

Município de Castelo de Paiva

MAURO LOPES DA SILVA MENDES (3)

(VEREADOR)

PAULA DE MELO ALVES (3)

(VEREADORA)

- (1) Período de Responsabilidade de 01.01.2017 a 31.12.2017
- (2) Período de Responsabilidade de 01.01.2017 a 20.10.2017
- (3) Período de Responsabilidade de 21.10.2017 a 31.12.2017

4. Síntese da Actividade Desenvolvida – Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Actividades mais relevantes (PAM). A análise destes planos permite evidenciar as principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, incorporando as prioridades definidas, que se desdobram em programas, projectos e ações das intervenções sectoriais. Neste âmbito, a análise a efetuada focaliza-se nas diversas funções que constituem as GOP's, procurando destacar os projectos e acções que mais se evidenciaram em termos de realização da despesa de investimento bem como das actividades mais relevantes durante o ano de 2017. Nesta vertente, o quadro que se segue exhibe as funções que compõem as GOP's repartidas pelo PPI e PAM, refletindo uma análise sobre as prioridades de atuação do executivo municipal:

Município de Castelo de Paiva

Classificação Funcional	PPI		PAM		TOTAL	
	Executado	Peso %	Executado	Peso %	Executado	Peso %
1. Funções Gerais	40.389,14 €	3,53%	35.085,04 €	2,60%	75.474,18 €	3,03%
1.1 - Serviços Gerais da Adm. Pública	40.389,14 €	3,53%	774,90 €	0,06%	41.164,04 €	1,65%
1.1.1 - Administração Geral	40.389,14 €	3,53%	774,90 €	0,06%	41.164,04 €	1,65%
1.2 - Segurança e Ordem Pública	0,00 €	0,00%	34.310,14 €	2,54%	34.310,14 €	1,38%
1.2.1 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0,00 €	0,00%	34.310,14 €	2,54%	34.310,14 €	1,38%
1.2.2 - Segurança Pública	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2. Funções Sociais	386.260,07 €	33,73%	996.729,78 €	73,93%	1.382.989,85 €	55,47%
2.1 - Educação	38.400,25 €	3,35%	591.373,67 €	43,86%	629.773,92 €	25,26%
2.1.1 - Ensino não superior	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.1.1.1 - Ensino Pré Escolar	1.970,60 €	0,17%	191.581,08 €	14,21%	193.551,68 €	7,76%
2.1.1.2 - Ensino Básico	36.429,65 €	3,18%	399.792,59 €	29,65%	436.222,24 €	17,50%
2.1.1.4 - Ensino Especial, artístico e Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.2 - Saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.2.1 - Serviços Individuais de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.3 - Segurança e Ações Sociais	0,00 €	0,00%	153.941,30 €	11,42%	153.941,30 €	6,17%
2.3.2 - Ação Social	0,00 €	0,00%	153.941,30 €	11,42%	153.941,30 €	6,17%
2.4 - Habitação e serviços coletivos	342.785,23 €	29,93%	246,00 €	0,02%	343.031,23 €	13,76%
2.4.1 - Habitação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.4.2 - Ordenamento do Território	156.826,64 €	13,70%	0,00 €	0,00%	156.826,64 €	6,29%
2.4.3 - Saneamento	11.727,15 €	1,02%	0,00 €	0,00%	11.727,15 €	0,47%
2.4.4 - Abastecimento de água	37.440,00 €	3,27%	0,00 €	0,00%	37.440,00 €	1,50%
2.4.5 - Resíduos sólidos	21.182,16 €	1,85%	0,00 €	0,00%	21.182,16 €	0,85%
2.4.6 - Proteção Meio Ambiente	115.609,28 €	10,10%	246,00 €	0,02%	115.855,28 €	4,65%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.074,59 €	0,44%	251.168,81 €	18,63%	256.243,40 €	10,28%
2.5.1 - Cultura	300,00 €	0,03%	195.138,73 €	14,47%	195.438,73 €	7,84%
2.5.2 - Desporto, Recreio e Lazer	4.774,59 €	0,42%	56.030,08 €	4,16%	60.804,67 €	2,44%
3. Funções económicas	650.820,37 €	56,83%	23.816,33 €	1,77%	674.636,70 €	27,06%
3.1 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3.2 - Indústria e Energia	9.596,10 €	0,84%	0,00 €	0,00%	9.596,10 €	0,38%
3.2.1 - Iluminação Pública	9.596,10 €	0,84%	0,00 €	0,00%	9.596,10 €	0,38%
3.2.2 - Energia	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3.2.3 - Desenvolvimento industrial	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3.3 - Transportes e Comunicações	637.681,87 €	55,69%	0,00 €	0,00%	637.681,87 €	25,58%
3.3.1 - Transportes Rodoviários	637.681,87 €	55,69%	0,00 €	0,00%	637.681,87 €	25,58%
3.4 - Comércio e Turismo	3.542,40 €	0,31%	23.816,33 €	1,77%	27.358,73 €	1,10%
3.4.1 - Mercados e Feiras	0,00 €	0,00%	23.769,93 €	1,76%	23.769,93 €	0,95%
3.4.2 - Turismo	3.542,40 €	0,31%	46,40 €	0,00%	3.588,80 €	0,14%
4. - Outras Funções	67.646,00 €	5,91%	292.576,88 €	21,70%	360.222,88 €	14,45%
4.1 - Operações da Dívida Autárquica (FAM)	67.646,00 €	5,91%	0,00 €	0,00%	67.646,00 €	2,71%
4.2 - Transferências entre Administrações	0,00 €	0,00%	283.801,88 €	21,05%	283.801,88 €	11,38%
4.2.1 - Freguesias	0,00 €	0,00%	126.964,28 €	9,42%	126.964,28 €	5,09%
4.2.2 - Outras	0,00 €	0,00%	156.837,60 €	11,63%	156.837,60 €	6,29%
4.3 - Diversas não especificadas	0,00 €	0,00%	8.775,00 €	0,65%	8.775,00 €	0,35%
4.3.1 - Ensino Superior	0,00 €	0,00%	8.775,00 €	0,65%	8.775,00 €	0,35%
TOTAL	1.145.115,58 €	100,00%	1.348.208,03 €	100,00%	2.493.323,61 €	100,00%

A estrutura das funções autárquicas a adoptar no âmbito da contabilidade de custos é semelhante à classificação funcional da despesa apresentada nos pontos 2.5.1, 10.1 e 11.1 do POCAL. O ponto 10.1 do POCAL apresenta uma descrição das funções que compete à autarquia desempenhar, para atingir diferentes objectivos. Esta classificação funcional das despesas permite quantificar os objectivos a atingir por uma autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua actividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento cultural e socioeconómico do município e obter informação sobre o esforço financeiro, por esta desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições. Sendo assim, existem quatro funções principais: gerais, sociais, económicas e outras. Dentro destas quatro funções o plano apresenta várias subfunções.

A despesa realizada nas Grandes Opções do Plano em 2017 totalizou cerca de 2.493.323,61 de euros, um aumento de cerca 770 mil euros face ao ano 2016, o que significa um aumento de cerca de 44,5%.

A análise das peças financeiras demonstra que:

- **As funções gerais** representam apenas 3,03% da despesa realizada com as Grandes Opções do Plano, cifrando-se em termos de despesa direta 75.474,18€. Não existem ações/projetos que se destaquem na sua execução;

- **As funções sociais** representam mais de 55% da despesa realizada com as Grandes Opções do Plano, cifrando-se em termos de despesa direta 1.382.989,85€. Destaca-se a ação/projeto abaixo indicada:

- Educação (25%), da execução total das GOP's;

- **As funções económicas** absorveram 27% da despesa realizada com as Grandes Opções do Plano, cifrando-se em termos de despesa direta 674.636,70€. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicadas;

- Transportes e Comunicações (25%), da execução total das GOP's;

- **As outras funções** absorveram 14% da despesa realizada com as Grandes Opções do Plano, cifrando-se em termos de despesa direta 360.222,88€. Destaca-se a ação/projeto abaixo indicada:

- Transferências entre administrações (11%) da execução total das GOP's.
- Importa também aqui referir que, conforme indicação da CCDR – N em Abril de 2015, encontra-se inserida a sub função 4.1 – Operações da Dívida Autárquica (FAM), que reflete o valor de capitalização do Fundo de Apoio Municipal, ao qual o Município está obrigado, (67.646,00€).

Município de Castelo de Paiva

5. Execução de Documentos Previsionais

5.1 Execução Orçamental

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite avaliar o rigor, a capacidade de realização das atividades programadas, bem como a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadadas pelo Município. Neste ponto, pretende-se evidenciar a execução orçamental resultante da realidade económica do ano de 2017. Para o efeito, são discriminadas as diversas componentes orçamentais, designadamente as receitas e as despesas mais relevantes, bem como a sua evolução nos últimos anos.

Designação	Orçada	Executada	%Execução
Receitas	16.459.536,44 €	10.834.645,79 €	65,83%
Despesa	16.420.236,44 €	10.489.635,77 €	63,88%

Tendo em conta os dados da contabilidade orçamental, verificamos que no ano de 2017, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita de 65% e uma taxa de execução global da despesa de 63%.

5.1.1 Análise da Receita

A estrutura da receita autárquica obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo classificada por capítulos, conforme a seguir se apresenta.

5.1.1.1 Estrutura e Execução Orçamental da Receita

O grau de execução da receita relaciona os montantes da receita cobrada com a receita prevista no orçamento corrigido.

Capítulos	Orçada		Cobrada		Taxa de Execução
	Valor	Peso %	Valor	Peso	
Receitas Correntes	11.239.229,69 €	68,28%	8.838.957,30 €	81,58%	78,64%
01 Impostos Diretos	1.420.060,32 €	8,63%	1.318.786,36 €	12,17%	92,87%
02 Impostos Indiretos	1.196,06 €	0,01%	0,00 €	0,00%	0,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	273.471,44 €	1,66%	211.798,28 €	1,95%	77,45%
05 Rendimentos de Propriedade	395.546,77 €	2,40%	370.108,92 €	3,42%	93,57%
06 Transferências Correntes	6.200.245,44 €	37,67%	5.796.570,48 €	53,50%	93,49%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.226.602,73 €	7,45%	1.008.831,59 €	9,31%	82,25%
08 Outras Receitas Correntes	1.722.106,93 €	10,46%	132.861,67 €	1,23%	7,72%
Receitas de Capital	4.590.612,81 €	27,89%	1.365.994,55 €	12,61%	29,76%
09 Vendas de Bens de Investimento	1.100,00 €	0,01%	108.630,00 €	1,00%	9875,45%
10 Transferências de Capital	686.264,45 €	4,17%	830.063,26 €	7,66%	120,95%
11 Activos Financeiros	20,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
12 Passivos Financeiros	50,00 €	0,00%	228.247,39 €	2,11%	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	3.903.178,36 €	23,71%	199.053,90 €	1,84%	5,10%
Outras Receitas	629.693,94 €	3,83%	629.693,94 €	5,81%	0,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
16 Saldo da Gerencia Anterior	629.693,94 €	3,83%	629.693,94 €	5,81%	0,00%
Total da Receita	16.459.536,44 €	100,00%	10.834.645,79 €	100,00%	65,83%

Em 2017 a taxa de execução do orçamento da receita foi de cerca de 66%.

Com um melhor desempenho ao nível do grau de execução, destacam-se as rubricas das receitas correntes, bem como a venda de bens de investimento, as transferências provenientes do Orçamento de Estado e os passivos financeiros.

No que concerne às **receitas correntes**, verifica-se o equilíbrio das mesmas já que mantiveram uma taxa de execução de quase 79%. A influenciar positivamente e de uma forma mais significativa encontram-se: os impostos diretos (designadamente o IMI, IUC e IMT), as transferências correntes (designadamente, ao nível do fundo de equilíbrio financeiro – FEF) e os rendimentos de propriedade.

Por conta das **receitas de capital**, foi cobrado o montante de 1.365.994,55€ de receitas, representando uma taxa de execução de cerca de 30%. A influenciar positivamente esta execução estão as rubricas de venda de bens de investimento, passivos financeiros e as transferências de capital.

Analisando individualmente estas rubricas importa referir o seguinte:

Município de Castelo de Paiva

- **Venda de bens de investimento** - venda de habitação social que se encontrava em regime de aluguer e sobre os quais os inquilinos manifestaram interesse na aquisição dos imóveis.

- **Passivos financeiros** – Contração do empréstimo de médio longo prazo com a instituição bancária, Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, para execução de investimento municipal, visado pelo Tribunal de Contas em 22.03.2017.

Quanto às outras receitas, não sendo um valor materialmente relevante, não influencia o cômputo geral das receitas cobradas.

5.1.1.2 Estrutura e Evolução da Receita 2017-2016

A evolução da receita total entre o ano de 2017 e 2016, vem refletida no quadro seguinte:

Capítulos	2017		2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso
Receitas Correntes	8.838.957,30 €	81,58%	8.651.593,16 €	94,13%
01 Impostos Diretos	1.318.786,36 €	12,17%	1.196.203,41 €	13,02%
02 Impostos Indiretos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	211.798,28 €	1,95%	253.298,13 €	2,76%
05 Rendimentos de Propriedade	370.108,92 €	3,42%	473.964,77 €	5,16%
06 Transferências Correntes	5.796.570,48 €	53,50%	5.593.127,60 €	60,86%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.008.831,59 €	9,31%	1.001.056,48 €	10,89%
08 Outras Receitas Correntes	132.861,67 €	1,23%	133.942,77 €	1,46%
Receitas de Capital	1.365.994,55 €	12,61%	539.056,66 €	5,87%
09 Vendas de Bens de Investimento	108.630,00 €	1,00%	24.900,00 €	0,27%
10 Transferências de Capital	830.063,26 €	7,66%	509.466,46 €	5,54%
11 Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12 Passivos Financeiros	228.247,39 €	2,11%	0,00 €	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	199.053,90 €	1,84%	4.690,20 €	0,05%
Outras Receitas	629.693,94 €	5,81%	0,00 €	0,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
16 Saldo da Gerencia Anterior	629.693,94 €	5,81%	0,00 €	0,00%
Total da Receita	10.834.645,79 €	100,00%	9.190.649,82 €	100,00%

Em 2017, a receita cobrada bruta ascendeu aos 10.834.645,79€, o que se traduziu num aumento de **1.643.995,97€**, face ao ano anterior, aproximadamente 18% (+).

Município de Castelo de Paiva

Este aumento da receita cobrada bruta face a 2016 decorre essencialmente do efeito da contratação dos empréstimos com a Caixa Crédito Agrícola Mutuo, com a execução faseada do empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, venda de bens de investimento, e um aumento nas transferências de capital que têm por base a liquidação de verbas provenientes de Fundos Comunitários, (FEDER + 314.239,26€).

Capítulos	2017	2016	Variação 2017-2016	%
Receitas Correntes	8.838.957,30 €	8.651.593,16 €	187.364,14 €	2,17%
01 Impostos Diretos	1.318.786,36 €	1.196.203,41 €	122.582,95 €	10,25%
02 Impostos Indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	211.798,28 €	253.298,13 €	-41.499,85 €	-16,38%
05 Rendimentos de Propriedade	370.108,92 €	473.964,77 €	-103.855,85 €	-21,91%
06 Transferências Correntes	5.796.570,48 €	5.593.127,60 €	203.442,88 €	3,64%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.008.831,59 €	1.001.056,48 €	7.775,11 €	0,78%
08 Outras Receitas Correntes	132.861,67 €	133.942,77 €	-1.081,10 €	-0,81%
Receitas de Capital	1.365.994,55 €	539.056,66 €	826.937,89 €	153,40%
09 Vendas de Bens de Investimento	108.630,00 €	24.900,00 €	83.730,00 €	100%
10 Transferências de Capital	830.063,26 €	509.466,46 €	320.596,80 €	62,93%
11 Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
12 Passivos Financeiros	228.247,39 €	0,00 €	228.247,39 €	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	199.053,90 €	4.690,20 €	194.363,70 €	4144,04%
Outras Receitas	629.693,94 €	0,00 €	629.693,94 €	100,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamen	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
16 Saldo da Gerencia Anterior	629.693,94 €	0,00 €	629.693,94 €	100,00%
Total da Receita	10.834.645,79 €	9.190.649,82 €	1.643.995,97 €	17,89%

Analisando agora as diversas rubricas económicas da **receita corrente**, podemos constatar que as transferências correntes continuam a ser a principal fonte de receita do município, em linha com os últimos anos.

As **receitas fiscais**, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, são uma das parcelas mais representativa da receita própria corrente e da receita própria cobrada ao longo dos anos.

Capítulos	2017				2016 Executado	Variação 2017-2016
	Orçado	Executado	Desvio	Taxa de execução		
Impostos Diretos	1.420.060,32 €	1.318.786,36 €	-101.273,96 €	92,87%	1.196.203,41 €	9,30%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	885.981,89 €	904.118,48 €	18.136,59 €	102,05%	789.014,73 €	12,73%
Imposto Único de Circulação	375.966,41 €	296.082,32 €	-79.884,09 €	78,75%	289.547,33 €	2,21%
Imposto Municipal sobre Transm. Onerosas de Imóveis (IMT)	158.062,02 €	118.585,56 €	-39.476,46 €	75,02%	117.641,35 €	0,80%
Impostos Abolidos	50,00 €	0,00 €	-50,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Contribuição Autárquica	50,00 €	0,00 €	-50,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Impostos Indiretos	1.196,06 €	0,00 €	-1.196,06 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Publicidade	1.186,06 €	0,00 €	-1.186,06 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros	10,00 €	0,00 €	-10,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	273.471,44 €	211.798,28 €	-61.673,16 €	77,45%	253.381,91 €	-19,63%
Mercados e Feiras	70.626,00 €	62.140,00 €	-8.486,00 €	87,98%	61.724,45 €	0,67%
Loteamentos e Obras	129.065,87 €	90.797,33 €	-38.268,54 €	70,35%	124.321,09 €	-36,92%
Ocupação da Via Pública	5.500,00 €	1.018,92 €	-4.481,08 €	18,53%	1.390,97 €	-36,51%
Caça, uso e porte arma	106,59 €	0,00 €	-106,59 €	0,00%	83,78 €	0,00%
Outras Taxas	45.056,14 €	44.741,74 €	-314,40 €	99,30%	48.905,54 €	-9,31%
Multas e Outras Penalidades	23.116,84 €	13.100,29 €	-10.016,55 €	56,67%	16.956,08 €	-29,43%
Total	1.694.727,82 €	1.530.584,64 €	-164.143,18 €	90,31%	1.449.585,32 €	5,29%

As receitas fiscais manifestam um ligeiro aumento, destacam-se as receitas provenientes dos impostos diretos nomeadamente, IMI, IUC e IMT. A diminuição do investimento privado no Município tem como consequência direta a diminuição de receita proveniente da compra e venda de imóveis. Ainda ao nível da receita, será importante analisar a evolução das **receitas próprias**, fazendo a análise comparativa com a gerência anterior, salientando a capacidade que o Município tem de gerar a sua própria receita, excluindo a receita alheia, ou seja, aquela que provém de empréstimos contraídos ou de transferências da administração central.

Receita Própria	2017	2016	Variação 2017-2016	%
Receitas Correntes	3.042.386,82 €	3.058.465,56 €	-16.078,74 €	-0,53%
01 Impostos Diretos	1.318.786,36 €	1.196.203,41 €	122.582,95 €	10,25%
02 Impostos Indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	211.798,28 €	253.298,13 €	-41.499,85 €	-16,38%
05 Rendimentos de Propriedade	370.108,92 €	473.964,77 €	-103.855,85 €	-21,91%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.008.831,59 €	1.001.056,48 €	7.775,11 €	0,78%
08 Outras Receitas Correntes	132.861,67 €	133.942,77 €	-1.081,10 €	-0,81%
Receitas de Capital	307.683,90 €	29.590,20 €	278.093,70 €	939,82%
09 Vendas de Bens de Investimento	108.630,00 €	24.900,00 €	83.730,00 €	336,27%
11 Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	199.053,90 €	4.690,20 €	194.363,70 €	4144,04%
Total da Receita	3.350.070,72 €	3.088.055,76 €	262.014,96 €	8,48%

As receitas próprias apresentam um aumento de cerca de 8,5% no seu total comparativamente ao ano de 2016, consequência das rubricas Venda de bens de Investimento e Outras receitas de Capital.

5.1.1.3 Evolução da Receita proveniente de Transferências 2017-2016

Finalmente, dada a sua preponderância no cômputo global da receita total, as transferências serão analisadas de forma mais pormenorizada no ponto que se segue.

Transferências Obtidas	2017	2016	Variação 2017-2016	%
Transferências Correntes	5.796.570,48 €	5.582.378,06 €	214.192,42 €	3,84%
FEF	4.642.414,00 €	4.478.629,00 €	163.785,00 €	3,66%
FSM	479.191,00 €	479.191,00 €	0,00 €	0,00%
IRS	175.969,00 €	190.492,00 €	-14.523,00 €	-7,62%
OUTROS	497.393,94 €	428.796,73 €	68.597,21 €	16,00%
FUNDOS COMUNITÁRIOS	1.602,54 €	5.269,33 €	-3.666,79 €	-69,59%
Transferências de Capital	830.063,26 €	509.466,46 €	320.596,80 €	62,93%
FEF	515.824,00 €	497.625,00 €	18.199,00 €	3,66%
OUTROS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
FUNDOS COMUNITÁRIOS	314.239,26 €	11.841,46 €	302.397,80 €	2553,72%
Total da Receita	6.626.633,74 €	6.091.844,52 €	534.789,22 €	8,78%

As transferências (correntes e de capital) representam uma fonte privilegiada de financiamento ao totalizar 61% de receita total da autarquia. O quadro acima procede à análise mais detalhada desta receita procurando centra-la nas suas diferentes origens.

O quadro para além de discriminar a proveniência das transferências correntes e de capital também faculta uma visão do peso assumido, por cada componente do universo dessa receita cobrada, permitindo assim determinar linhas de tendência das fontes de financiamento.

No contexto global das receitas autárquicas, as transferências recebidas do Estado (correntes e de capital) no valor de 6,6 milhões de euros têm grande relevância, assumindo uma importância significativa para o normal desempenho das suas atribuições e competências.

Pode-se ainda concluir que no âmbito das transferências, as correntes são as que assumem maior preponderância, apresentando uma taxa de execução de cerca 93%. Este tipo de transferências contemplam as transferências provenientes do Orçamento de Estado com maior

Município de Castelo de Paiva

preponderância ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e participação fixa no IRS, incluindo igualmente outras transferências provenientes de contratos-programa no âmbito da educação (programa de generalização de fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares e componente de apoio à família), segurança social (comissão de proteção às crianças e jovens em risco) e com o instituto de emprego e segurança social (gabinete de inserção profissional).

As transferências de capital não obstante de terem um peso menos significativo no total da receita, apresentam uma natureza mais instável, não só pelo critério de repartição percentual dos montantes das transferências financeiras atribuídas aos municípios, mas essencialmente porque são transferências em tudo ligadas à execução de projetos com comparticipação comunitária.

No entanto, e verificando a evolução das transferências face à gerência anterior, constata-se que as transferências de capital obtidas em 2017 aumentaram em cerca de 320 mil euros, contrariando o espelhado em anos anteriores. Apesar deste cenário constata-se a ténue execução das transferências provenientes dos contratos-programa relativamente a projetos de investimento co-financiados levados a cabo pelo Município.

5.2 - Análise da Despesa

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte.

Neste ponto efetuar-se a análise da despesa na ótica económica. Assim, depois de uma breve referência aos valores orçamentados e da sua comparação com valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar eventuais desvios, será dado destaque às despesas afetas às grandes opções do plano e em especial às executadas no âmbito do plano plurianual de investimentos, com o objetivo de se avaliar a sua execução e o alcance dos objetivos previstos naquele documentos.

Na análise da execução propriamente dita, será feita a comparação entre a despesa prevista (orçamento inicial) e a despesa paga, sob a perspetiva económica (que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital - quer na sua natureza - gastos com

peçoal, aquisição de bens e serviços, transferências, subsídios, etc.). Pretende-se, finalmente, comparar a despesa, e o comportamento das suas componentes, sendo os valores de 2017 comparados com o ano anterior.

5.2.1 -Execução Orçamental da Despesa

Por forma a avaliar a dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica no que se refere à despesa corrente e de capital será, numa primeira fase, efetuada uma análise da execução orçamental em termos da despesa comprometida e paga.

Capítulos	Despesa Orçada (1)	Despesa Comprometida (2)	Despesa Paga (3)	Desvio (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)	Realizada e não paga (6)=(2)-(3)
Despesas Correntes	9.909.402,59 €	9.090.421,21 €	7.748.956,14 €	-2.160.446,45 €	78,20%	1.341.465,07 €
01 Despesas com Pessoal	3.251.686,00 €	3.113.189,72 €	3.045.439,87 €	-206.246,13 €	93,66%	67.749,85 €
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.705.666,66 €	4.383.607,98 €	3.426.832,90 €	-1.278.833,76 €	72,82%	956.775,08 €
03 Juros e Outros Encargos	178.165,50 €	130.892,15 €	129.638,97 €	-48.526,53 €	72,76%	1.253,18 €
04 Transferências Correntes	1.534.056,16 €	1.264.857,89 €	1.002.947,66 €	-531.108,50 €	65,38%	261.910,23 €
05 Subsídios	100,00 €	0,00 €	0,00 €	-100,00 €	0,00%	0,00 €
06 Outras Despesas Correntes	239.728,27 €	197.873,47 €	144.096,74 €	-95.631,53 €	60,11%	53.776,73 €
Despesas de Capital	6.510.833,85 €	3.593.854,49 €	2.740.679,63 €	-3.770.154,22 €	42,09%	853.174,86 €
07 Aquisição de Bens de Capital	4.676.484,21 €	1.927.011,43 €	1.077.469,58 €	-3.599.014,63 €	23,04%	849.541,85 €
08 Transferências de Capital	114.654,51 €	22.952,32 €	20.154,02 €	-94.500,49 €	17,58%	2.798,30 €
09 Activos Financeiros	67.700,00 €	67.646,00 €	67.646,00 €	-54,00 €	99,92%	0,00 €
10 Passivos Financeiros	1.427.995,13 €	1.427.909,88 €	1.427.909,88 €	-85,25 €	99,99%	0,00 €
11 Outras Despesas de Capital	224.000,00 €	148.334,86 €	147.500,15 €	-76.499,85 €	65,85%	834,71 €
Total da Despesa	16.420.236,44 €	12.684.275,70 €	10.489.635,77 €	-5.930.600,67 €	63,88%	2.194.639,93 €

O orçamento de 2017 foi em termos monetários inferior ao do ano 2016 em cerca de 4 milhões de euros, que incluiu compromissos que representaram cerca de 77% do orçamento e uma execução da despesa paga de cerca de 64% face a despesa assumida. As despesas correntes pagas representaram cerca de 78% do valor do orçamento. Em termos absolutos, os desvios mais significativo e face ao valor orçamentado apresentam-se nas rubrica aquisição de bens e serviços e na aquisição de bens de capital.

Nas **despesas correntes** são as despesas com pessoal, as de aquisição de bens e serviços e juros e outros encargos que têm maior taxa de execução.

As **despesas de capital** com compromissos que ascenderam a 28% da despesa comprometida registaram, em 2017, uma execução de 42%, sendo os desvios mais significativos verificados nas rubricas de aquisição de bens de capital e transferências de capital.

Município de Castelo de Paiva

5.2.1.1 - Estrutura e Evolução da Despesa 2017-2016

A despesa global paga foi 10.489.635.77€. Em termos de comparação e numa primeira análise verifica-se um aumento da despesa paga.

Capítulos	2017	Peso %	2016	Peso %
Despesas Correntes	7.748.956,14 €	73,87%	7.256.169,08 €	77,68%
01 Despesas com Pessoal	3.045.439,87 €	29,03%	2.983.645,03 €	31,94%
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.426.832,90 €	32,67%	3.149.510,52 €	33,71%
03 Juros e Outros Encargos	129.638,97 €	1,24%	103.074,17 €	1,10%
04 Transferências Correntes	1.002.947,66 €	9,56%	868.622,79 €	9,30%
05 Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
06 Outras Despesas Correntes	144.096,74 €	1,37%	151.316,57 €	1,62%
Despesas de Capital	2.740.679,63 €	26,13%	2.085.497,78 €	22,32%
07 Aquisição de Bens de Capital	1.077.469,58 €	10,27%	494.518,45 €	5,29%
08 Transferências de Capital	20.154,02 €	0,19%	32.691,41 €	0,35%
09 Activos Financeiros	67.646,00 €	0,64%	67.646,00 €	0,72%
10 Passivos Financeiros	1.427.909,88 €	13,61%	1.485.837,06 €	15,91%
11 Outras Despesas de Capital	147.500,15 €	1,41%	4.804,86 €	0,05%
Total da Despesa	10.489.635,77 €	100,00%	9.341.666,86 €	100,00%

Em 2017, a despesa paga aumentou aproximadamente 1.147.968,91 euros face ao ano anterior, sendo que cerca de 74% corresponderam a despesas correntes e cerca de 26% a despesas de capital.

Na análise da estrutura das **despesas correntes**, será relevante analisar o desempenho das **despesas de funcionamento** enquanto um importante indicador da dinâmica de atuação da Autarquia, na medida em que espelham o volume dos encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto as despesas com pessoal, as despesas com a aquisição de bens e serviços e as outras despesas correntes, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no quadro seguinte:

Despesas de Funcionamento	2017	2016	Variação 2017-2016	%
Despesas Correntes	6.616.369,51 €	6.284.472,12 €	331.897,39 €	5,28%
01 Despesas com Pessoal	3.045.439,87 €	2.983.645,03 €	61.794,84 €	2,07%
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.426.832,90 €	3.149.510,52 €	277.322,38 €	8,81%
06 Outras Despesas Correntes	144.096,74 €	151.316,57 €	-7.219,83 €	-4,77%

Na avaliação geral da despesa, as despesas de funcionamento continuam a ser as mais representativas no total da despesa realizada, sendo as despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços as mais relevantes.

No ano económico em apreciação, o peso das despesas com pessoal apresenta um aumento de 2,07%. Este aumento resulta do impacto decorrente da extinção da aplicação remuneratória completa a partir de 1 de outubro de 2016, (Lei 159-A/2015 de 30 dezembro). A despesa paga em aquisição de bens e serviços, verifica um acréscimo de cerca de 8,81%, relativamente ao ano transato, o que reflete que município não conseguiu reduzir as despesas correntes nas suas mais variadas figuras (custo de energia e água, nos encargos fixos com as instalações, iluminação pública, comunicações, etc).

Já no que se refere às **despesas de capital**, verifica-se um aumento de cerca de 655 mil euros face a 2016. A rubrica aquisição de bens de capital onde se reflete o pagamento do investimento municipal projetado no plano plurianual de investimentos, aumentou consideravelmente.

O **serviço da dívida**, designadamente dos encargos (juros e amortizações) daí decorrentes, e o seu peso no total da despesa municipal, justifica uma análise da evolução do serviço da dívida autárquica face ao ano transacto:

Serviço Dívida	2017	2016	Variação 2017-2016	%
	1.557.548,85 €	1.588.911,23 €	-31.362,38 €	-1,97%
03 Juros e Outros Encargos	129.638,97 €	103.074,17 €	26.564,80 €	25,77%
10 Passivos Financeiros	1.427.909,88 €	1.485.837,06 €	-57.927,18 €	-3,90%

Verifica-se pelos dados apresentados em 2017 que o Município apresenta uma diminuição do volume do serviço de dívida municipal, no que se refere aos passivos financeiros em cerca de 2%. Esta situação deve-se essencialmente à amortização de capital em 2017 no montante de cerca de 1 milhão e 400 mil euros.

No entanto, na rubrica juros e outros encargos constata-se um aumento significativo dos encargos. Analisando esta situação em concreto, verifica-se que este aumento resulta não do incremento do valor pago com juros bancários mas sim com a despesa paga em outros juros em resultado da decisão judicial transitada em julgado e proferida no âmbito do processo n.º

Município de Castelo de Paiva

48/09.OBEPNF - consolidação de dívida com Edipaiva Construções, Lda., (liquidação de capital e juros).

Relativamente aos processos em contencioso importa ainda referir que no decorrer do ano 2017, o Município, e através de acordo judicial, liquidou a empresa S.E.M – Sociedade de Empreitadas do Marco, Lda, em despesa de capital o valor de 91.000,00€, com início em Março 17 e fim em Dezembro 2017.

Relativamente a Empresa Edipaiva Construções, Lda, a consolidação de dívida foi assente nos seguintes montantes:

Liquidação de capital =119.834,99€

Liquidação de juros = 80.165,01€

O Município ficou obrigado a pagar a quantia em dívida acima referida em vinte prestações mensais com início em em abril 2017 e término em Novembro 2018.

5.2.1.2 Evolução da Despesa com Transferências 2016 - 2017

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos monetários não reembolsáveis que se destinam a financiar o funcionamento e as despesas de capital das entidades beneficiárias: juntas de freguesias, instituições/entidades (associações) particulares com interesse municipal e intermunicipal, entre outros.

Durante a gerência de 2017, os montantes de apoios concedidos a título de transferências (correntes e capital) pela autarquia, atingiram o montante de 1.023.101,68€, representando cerca de 10% do total da despesa paga.

Verifica-se a manutenção da tendência de anos anteriores, com as transferências de capital a diminuírem (de carácter intermunicipal), no entanto, as transferências correntes pagas às juntas de freguesia verifica um aumento considerável, resultado do cumprimento das obrigações municipais.

Transferências Concedidas	2017	2016	Variação 2017-2016	%
Transferências Correntes	1.002.947,66 €	868.622,79 €	134.324,87 €	15,46%
Freguesias	113.911,84 €	73.943,95 €	39.967,89 €	54,05%
Associações e IPSS	669.594,43 €	608.376,73 €	61.217,70 €	10,06%
OUTROS	219.441,39 €	186.302,11 €	33.139,28 €	17,79%
Transferências de Capital	20.154,02 €	32.691,41 €	-12.537,39 €	-38,35%
Freguesias	13.052,44 €	8.083,57 €	4.968,87 €	61,47%
Associações /Entidades Intermunicipais	7.101,58 €	24.607,84 €	-17.506,26 €	-71,14%
OUTROS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total da Receita	1.023.101,68 €	901.314,20 €	121.787,48 €	13,51%

5.3 Principais Indicadores de Natureza Orçamental

Os indicadores apresentados refletem uma visão global da receita e da despesa, bem como da sua evolução de 2017-2016, permitindo estabelecer relações de grandeza entre ambas.

Indicadores da Estrutura da Receita	2017	2016	Variação 2017-2016
Receitas Próprias/Receita Total	31,00%	34,00%	-3,00%
Impostos Locais/Receita Total	12,17%	13,00%	-0,83%
Venda de Bens de Investimento/Receita Total	1,00%	0,27%	0,73%
Transferências /Receita Total	61,16%	66,00%	-4,84%
Passivos Financeiros/Receita Total	13,17%	17,00%	-3,83%

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2017	2016	Variação 2017-2016
Receitas Total/Despesa Total	96,00%	96,00%	0,00%
Receita Corrente/Despesa Corrente	114,00%	119,00%	-5,00%
Receita de Capital/ Despesa de Capital	49,84%	26,00%	23,84%
Passivos Financeiros/Despesa Total	13,61%	17,00%	-3,39%
Receitas Próprias /Despesa Total	31,93%	33,00%	-1,07%
Impostos Locais/Despesa Total	12,57%	13,00%	-0,43%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/Imóveis, Imposto Municipal s/Veículos, Imposto Municipal s/Transações de Imóveis, Imposto Único de Circulação, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Pela análise do quadro relativo aos indicadores da estrutura da receita, podemos constatar que, entre 2017 e 2016, o peso relativo das receitas próprias teve uma variação negativa.

Município de Castelo de Paiva

Noutra perspetiva, e no que se refere ao grau de cobertura global das receitas e despesas, verifica-se entre o período de 2017 e 2016, manteve-se o grau de cobertura da despesa corrente pelas receitas correntes acima dos 100%. Por outro lado, verifica-se um aumento considerável do peso das receitas de capital na cobertura das despesas de capital, essencialmente devido ao incremento da receita de capital em 2017, nomeadamente na rubrica outras receitas de capital, receita obtida pelo empréstimo de médio longo prazo explanado no ponto 5.1.1.

5.4 Saldos Orçamentais

Ao longo do último quadriénio tem vindo a criar-se um quadro orçamental que prioriza a promoção da estabilidade e sustentabilidade duradoura das contas da autarquia.

Todavia a dificuldade do Município em cobrar receita, nomeadamente receita capital que supere as despesas de capital, traduz-se na apresentação de um saldo orçamental negativo de 284.683,92€, conforme se pode constatar pelos valores apresentados no quadro seguinte:

Designação	2017	2016	Variação 2017-2016
Receita Total (excluindo Outras Receitas)	10.204.951,85 €	9.190.649,82 €	1.014.302,03 €
Receita Corrente	8.838.957,30 €	8.651.593,16 €	187.364,14 €
Receita de Capital	1.365.994,55 €	539.056,66 €	826.937,89 €
Despesa Total	10.489.635,77 €	9.341.666,86 €	1.147.968,91 €
Despesa Corrente	7.748.956,14 €	7.256.169,08 €	492.787,06 €
Despesa de Capital	2.740.679,63 €	2.085.497,78 €	655.181,85 €
Saldo Orçamental Global	-284.683,92 €	-151.017,04 €	-133.666,88 €
Saldo Orçamental Corrente	1.090.001,16 €	1.395.424,08 €	-305.422,92 €
Saldo Orçamental de Capital	-1.374.685,08 €	-1.546.441,12 €	171.756,04 €

(*) Considerou-se o valor da receita total excluindo o saldo de gerência

Reconhece-se que no exercício económico de 2017 o saldo orçamental de capital apresenta um défice, tendo mesmo e face a variação verificada entre 2016/2015 e no que respeita ao saldo orçamental global, verificado se um agravamento de 133 mil euros, (variação 2016/2015 = 583.527,83€).

Receitas	2017	2016
Receita Corrente Cobrada	8.838.957,30 €	8.651.593,16 €
Receita de Capital Cobrada	1.365.994,55 €	539.056,66 €
Total da Receita Cobrada	10.204.951,85 €	9.190.649,82 €
(-) Passivos Financeiros	228.247,39 €	0,00 €
(-) Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €
Receita Global ou Efetiva	9.976.704,46 €	9.190.649,82 €
Despesa	2017	2016
Despesas Correntes Pagas	7.748.956,14 €	7.256.169,08 €
Despesas de Capital Pagas	2.740.679,63 €	2.085.497,78 €
Total das Despesas Pagas	10.489.635,77 €	9.341.666,86 €
(-) Passivos Financeiros	1.427.909,88 €	1.485.837,06 €
(-) Ativos Financeiros	67.646,00 €	67.646,00 €
Despesa Global ou Efetiva	8.994.079,89 €	7.788.183,80 €
Saldo Global ou Efetivo	982.624,57 €	1.402.466,02 €

(*) Considerou-se o valor da receita total excluindo o saldo de gerência

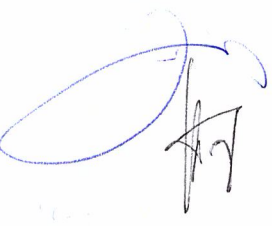
6. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, o equilíbrio orçamental obriga que:

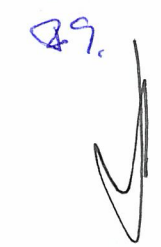
- 1 – Os orçamentos das entidades do sector local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 – Sem prejuízo no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4 – Para efeitos do disposto no número 2 considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efectivo.

Tendo em conta o acima referido, o quadro seguinte demonstra o cálculo do equilíbrio orçamental do Município a 31 de Dezembro de 2017:

Município de Castelo de Paiva



Receita Corrente	Despesa Corrente	Amortização Média Empréstimos MLP	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5) = (1) - (4)
8.838.957,30	7.748.956,14	1.520.390,96	9.269.347,10	-430.389,80



Como se pode verificar após o cálculo, não se verifica o cumprimento do número 2 do artigo 40º da lei acima referida, visto as receitas correntes cobradas serem inferiores à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.



Apesar de se verificar um desvio de 430.389,80€ (4,60%), logo não se cumprindo o n.º 2 do artigo 40.º da supramencionada lei, visto que este corresponde a menos de 5% das receitas correntes cobradas brutas, tendo em conta o n.º 3 do mesmo artigo deverá o Município proceder a compensação deste valor no exercício económico de 2018.

7. Situação Económico-Financeira

A análise que se segue reflete a situação económico-financeira do Município de Castelo de Paiva, mediante a análise da estrutura e evolução do Balanço e da Demonstração de Resultados.

7.1 Análise do Balanço

O Balanço apresentado adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2017, ou seja, o ativo constituído pelos bens e direitos que representam a estrutura económica (aplicação dos fundos) e o passivo e fundos próprios que representam a estrutura financeira (origem dos fundos).

7.1.1- Estrutura e Evolução

Descrição	2017		2016		Variação 2017-2016	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
ATIVO						
IMOBILIZADO	48.119.819,87 €	132,03%	35.271.721,48 €	94,27%	12.848.098,39 €	35,25%
Bens de Domínio Público	6.609.715,53 €	18,14%	3.845.280,85 €	10,28%	2.764.434,68 €	7,59%
Imobilizações Incorporadas	24.046,50 €	0,07%	0,00 €	0,00%	24.046,50 €	0,07%
Imobilizações Corpóreas	32.844.321,63 €	90,12%	22.892.003,25 €	61,18%	9.952.318,38 €	27,31%
Imobilizações em Curso	5.807.372,55 €	15,93%	5.751.304,35 €	15,37%	56.068,20 €	0,15%
Investimentos Financeiros	2.834.363,66 €	7,78%	2.783.133,03 €	7,44%	51.230,63 €	0,14%
CIRCULANTE	1.658.565,44 €	4,55%	2.143.273,16 €	5,73%	-484.707,72 €	-1,33%
Existências	154.387,46 €	0,31%	176.863,06 €	0,47%	-22.475,60 €	-0,06%
Dívidas de terceiros - Médio /Longo Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	500.238,44 €	1,37%	699.129,51 €	1,87%	-198.891,07 €	-0,55%
Títulos Negociáveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Disponibilidades	678.798,23 €	1,36%	893.533,17 €	2,39%	-214.734,94 €	-0,59%
Acréscimos e Diferimentos	325.141,31 €	0,65%	373.747,42 €	1,00%	-48.606,11 €	-0,13%
TOTAL DO ATIVO LIQUIDO	49.778.385,31 €	136,58%	37.414.994,64 €	100,00%	12.363.390,67 €	33,92%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	19.792.822,21 €	100,00%	18.836.875,05 €	103,00%	955.947,16 €	2,62%
Património	14.544.843,88 €	73,49%	14.544.843,88 €	77,21%	0,00 €	0,00%
Ajustamentos de partes de Capital em Empresa	1.723.703,30 €	8,71%	1.917.734,20 €	13,18%	-194.030,90 €	-0,53%
Reservas de Reavaliação	286.852,05 €	1,45%	286.852,05 €	1,52%	0,00 €	0,00%
Reservas Legais	692.456,93 €	3,50%	692.456,93 €	3,68%	0,00 €	0,00%
Reservas Livres		0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Subsídios		0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Doações	41.101,27 €	0,21%	41.101,27 €	0,22%	0,00 €	0,00%
Resultados transitados	1.341.310,82 €	6,78%	576.387,89 €	3,06%	764.922,93 €	2,10%
Resultado Líquido do Exercício	1.162.553,96 €	5,87%	777.498,83 €	4,13%	385.055,13 €	1,06%
PASSIVO	16.652.221,36 €	100,00%	18.578.119,59 €	100,00%	-1.925.898,23 €	-5,28%
Provisões para Riscos e Encargos	1.046.217,70 €	6,28%	1.046.217,78 €	5,63%	-0,08 €	0,00%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	7.039.978,90 €	42,28%	8.041.250,17 €	43,3%	-1.001.271,27 €	-3%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.372.429,40 €	8,24%	1.895.776,93 €	10,20%	-523.347,53 €	-1,44%
Acréscimos e Diferimentos	7.193.595,28 €	43,20%	7.594.874,71 €	40,88%	-401.279,43 €	-1,10%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	36.445.043,57 €	100,00%	37.414.994,64 €	100,00%	-969.951,07 €	-2,66%

Considerando os dados apresentados no Balanço, verifica-se que as principais variações são:

- Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo redução do montante em dívida;
- Dívidas a Terceiros - Curto Prazo redução do montante em dívida.

7.1.1.1 Principais Indicadores da Estrutura do Balanço

INDICADORES (em %)	2016	2017
Fundos Próprios / Passivo	101%	119%
Imobilizado / Activo	79%	85%
Existências / Activo	0%	0%
Dívidas de Terceiros Ct +prazo / Activo	2%	1%
Disponível/Activo	2%	1%
Acréscimos e Diferimentos activo / Activo	1%	1%
OUTROS INDICADORES	2016	2017
Fundos Próprios / Activo	50%	40%
Provisões para Riscos / Activo	3%	2%
Dívidas a Terc. Mlprazo/Activo	21%	14%
Dívidas a Terc curto prazo / Activo	5%	3%
Acréscimos e Diferimentos Passivo / Activo	20%	14%

7.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2017.

7.2.1 Estrutura e Evolução

Descrição	2017		2016		Variação 2017-2016	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
CMVMC	325.146,04 €	3,57%	266.901,81 €	2,98%	58.244,23 €	21,82%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.734.115,64 €	29,98%	3.071.428,22 €	34,28%	-337.312,58 €	-10,98%
Custos com Pessoal	3.101.623,89 €	34,01%	2.964.443,66 €	33,09%	137.180,23 €	4,63%
Trans. E Subs. Correntes Concedidos e Prest. Sociais	1.168.656,88 €	12,81%	1.019.216,07 €	11,38%	149.440,81 €	14,66%
Amortizações do Exercício	1.190.911,29 €	13,06%	1.185.508,88 €	13,23%	5.402,41 €	0,46%
Provisões do Exercício	13.281,17 €	0,15%	103.394,49 €	1,15%	-90.113,32 €	
Outros Custos Operacionais	152.602,90 €	1,67%	155.907,14 €	1,74%	-3.304,24 €	-2,12%
A Custos e Perdas Operacionais	8.686.337,81 €	95,25%	8.766.800,27 €	97,85%	-80.462,46 €	-0,92%
Custos e Perdas Financeiras	192.302,82 €	2,11%	116.222,00 €	1,30%	76.080,82 €	65,46%
(C) Custos e Perdas Correntes	8.878.640,63 €	97,35%	8.883.022,27 €	99,15%	-4.381,64 €	-0,05%
Custos e Perdas Extraordinárias	241.317,17 €	2,65%	76.034,86 €	0,85%	165.282,31 €	217,38%
(E) TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS	9.119.957,80 €	100,00%	8.959.057,13 €	100,00%	160.900,67 €	1,80%
Proveitos e ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	1.222.806,75 €	11,89%	1.141.283,99 €	11,72%	81.522,76 €	7,14%
Impostos e Taxas	1.421.136,33 €	13,82%	1.417.578,01 €	14,56%	3.558,32 €	0,25%
Trabalhos para a Própria Entidade		0,00%		0,00%	0,00 €	
Proveitos Suplementares	370.108,92 €	3,60%	382.733,05 €	3,93%	-12.624,13 €	-3,30%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.847.265,13 €	66,59%	6.612.857,49 €	67,92%	234.407,64 €	3,54%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	9.861.317,13 €	95,90%	9.554.452,54 €	98,13%	306.864,59 €	3,21%
Proveitos e Ganhos Financeiros	245.564,21 €	2,39%	57.900,26 €	0,59%	187.663,95 €	324,12%
(D) proveitos e Ganhos Correntes	10.106.881,34 €	98,29%	9.612.352,80 €	98,72%	494.528,54 €	5,14%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	175.630,42 €	1,71%	124.203,16 €	1,28%	51.427,26 €	41,41%
(F) TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS	10.282.511,76 €	100,00%	9.736.555,96 €	100,00%	545.955,80 €	5,61%
Resultados Operacionais: (B)-(A)		1.174.979,32 €		787.652,27 €		
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)		53.261,39 €		-58.321,74 €		
Resultados Correntes: (D)-(C)		1.228.240,71 €		729.330,53 €		
Resultados Extraordinários:						
Resultado Líquido do Exercício: (F)- (E)		1.162.553,96 €		777.498,83 €		

Considerando os dados apresentados na Demonstração de Resultados, verifica-se que as principais variações são:

- Provisões do Exercício relativamente a processos judiciais em curso;
- Custos e Perdas Financeiras.

7.2.2 Principais Indicadores da Estrutura de Custos

INDICADORES	2016	2017
Mercadorias e Matérias / Proveitos Operacionais	3%	3%
FSE/Proveitos Operacionais	32%	28%
Custos C/Pessoal/ Proveitos Operacionais	31%	31%
Juros e Similares/Proveitos Operacionais	1%	2%
1+2+3+4/Proveitos Operacionais	67%	64%
OUTROS INDICADORES	2016	2017
Amortizações op. Do ex./Proveitos Operacionais	12%	12%
Provisões Op do exerc/Proveitos Operacionais	1%	0%
Outros Custos Operaci/Proveitos Operacionais	2%	2%
Custos Extraordinários / Proveitos Operacionais	1%	2%

Os rácios acima apresentados demonstraram-se estáveis nos últimos 2 anos salientando que FSE e Custos com Pessoal representam cerca de 59% dos proveitos operacionais do Município.

7.2.3 Principais Indicadores da Estrutura de Proveitos

INDICADORES	2016	2017
Impostos e Taxas/Proveitos Operacionais	15%	14%
Venda de Bens de Prestação de Serviços/Proveitos Operacionais	12%	12%
Outros Proveitos Operac./Proveitos Operacionais	0%	0%
Proveitos financ e extraord/Proveitos Operacionais	2%	4%
Trabalhos p/própria ent./Proveitos Operacionais	0%	0%
Proveitos suplementares/Proveitos Operacionais	4%	4%
Transferências e subsídios obtidos/Proveitos Operacionais	69%	69%
Proveitos financeiros/Proveitos Operacionais	1%	2%
Proveitos extraordinários/Proveitos Operacionais	1%	2%
VAB/Proveitos Operacionais	63%	67%

Município de Castelo de Paiva

A tabela acima apresenta valores estáveis nos últimos 2 anos.

8. Análise da Dívida do Município

Em 2017, e resultante da aplicação e cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), bem como do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, houve um acompanhamento rigoroso em cumprir com os prazos de pagamentos e adotar políticas de rigor na gestão e controlo da despesa do Município.

O desafio que se tem imposto torna difícil a gestão municipal, pois se por um lado o Município é obrigado ao cumprimento das normas legais, por outro não pode descurar nas suas obrigações para com os seus munícipes, seja na realidade básica diária, bem como na realização de infra-estruturas que permitam e proporcionar e assegurar o bem-estar da população residente, tal como de quem nos visita.

Neste sentido, o serviço da dívida é apresentado em várias vertentes, ou seja numa perspetiva de dívida total e numa ótica de comparabilidade com o ano anterior.

No contexto da presente análise da dívida, importa notar que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, de acordo com a estrutura de classificação em curto prazo e médio e longo prazo.

8.1 Dívida Global

Considera-se agora uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, fazendo-se uma apreciação global às dívidas de curto e médio/longo prazo, sempre centrada nos valores orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Tipos de Dívida	Capital em Dívida 31.12.2017	Capital em Dívida 31.12.2016	Desvio	Variação %
Dívida Bancária				
Curto Prazo	- €	- €	- €	0,00%
Médio e Longo Prazo	7.039.978,90 €	8.041.250,17 €	- 1.001.271,27 €	-12,45%
Sub-Total	7.039.978,90 €	8.041.250,17 €	- 1.001.271,27 €	-12,45%
Dívida Administrativa/Comercial				
Fornecedores (*)	830.924,83 €	1.235.107,73 €	- 404.182,90 €	-32,72%
Outras Entidades	541.504,57 €	660.669,20 €	- 119.164,63 €	-18,04%
Sub-Total	1.372.429,40 €	1.895.776,93 €	- 523.347,53 €	-27,61%
Total	8.412.408,30 €	9.937.027,10 €	- 1.524.618,80 €	-15,34%

(*) Considerou-se para o cálculo deste indicador os saldos das contas 221,228,2611,2612,2613 e 265

Município de Castelo de Paiva

Relativamente à gestão financeira do exercício de 2017, houve uma redução significativa da dívida bancária de médio e longo prazo (12%), mantendo-se inalterada a dívida bancária de curto prazo. Relativamente a fornecedores e a outras entidades verifica-se uma diminuição do valor em dívida. No final de 2017, a dívida global ascendia a 8.412.408,30€, registando uma diminuição face ao ano anterior, de aproximadamente 15%.

8.2 Evolução da Dívida 2016-2017

De forma mais pormenorizada, o quadro que se segue representa a evolução da dívida de 2016 para 2017:

Dívidas a terceiros M/L Prazo	2017	2016
Empréstimos de Médio/Longo Prazo	7.039.978,90 €	8.041.250,17 €
Fornecedores de Imobilizado C/c	97.417,42 €	257.507,37 €
Sub - Total	7.137.396,32 €	8.298.757,54 €
Dívidas a Terceiros Curto Prazo		
Fornecedores C/C	458.718,96 €	684.401,45 €
Fornecedores FRC	39.743,74 €	118.974,05 €
Credores pela Execução do Orçamento		
Estado e Outros Entes Públicos	36.029,87 €	37.240,79 €
Administração Autárquica		
Outros Credores	465.619,14 €	594.577,70 €
Garantias e Cauções	274.900,27 €	203.075,57 €
Sub - Total	1.275.011,98 €	1.638.269,56 €
Total	8.412.408,30 €	9.937.027,10 €

À semelhança do verificado em anos anteriores, manteve-se inalterada a dívida bancária de curto prazo, assim como um decréscimo da dívida bancária de médio e longo em cerca de 12%.

No que se refere à dívida comercial, será de salientar um decréscimo da dívida a terceiros no geral sendo que no cômputo geral a redução da dívida atingiu os 15%.

8.3 Evolução da Dívida 2009-2017

Município de Castelo de Paiva

Analisando sinteticamente a evolução da dívida global do município nos últimos anos, verificamos que a dívida global de 2017 relativamente ao exercício económico de 2009, reduziu-se em aproximadamente 8.173.248€, representando um decréscimo de (-) 50%, circunstância que apraz registar e que é demonstrativa de que tem sido profícua a ação desenvolvida pelo município em matéria de controlo do endividamento autárquico, como bem ilustra o quadro que se segue:

Tipos de Dívida	Capital em Dívida 31.12.2009	Capital em Dívida 31.12.2010	Capital em Dívida 31.12.2011	Capital em Dívida 31.12.2012	Capital em Dívida 31.12.2013	Capital em Dívida 31.12.2014	Capital em Dívida 31.12.2015	Capital em Dívida 31.12.2016	Capital em Dívida 31.12.2017
Dívida Bancária	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Curto Prazo	11.696.158,80 €	10.161.650,48 €	12.973.657,41 €	11.859.217,77 €	12.186.490,99 €	11.062.729,93 €	9.527.087,23 €	8.041.250,17 €	7.039.978,90 €
Médio e Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Bancária	11.696.158,80 €	10.161.650,48 €	12.973.657,41 €	11.859.217,77 €	12.186.490,99 €	11.062.729,93 €	9.527.087,23 €	8.041.250,17 €	7.039.978,90 €
Dívida Administrativa/Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (*)	3.382.539,57 €	4.240.131,81 €	1.571.841,66 €	805.884,76 €	586.066,94 €	728.588,40 €	538.524,25 €	1.235.107,73 €	830.924,83 €
Outras Entidades	1.506.958,07 €	1.438.896,83 €	804.685,35 €	518.977,13 €	97.598,70 €	103.591,56 €	592.918,49 €	660.669,20 €	541.504,57 €
Dívida Administrativa/Comercial	4.889.497,64 €	5.679.028,64 €	2.376.527,01 €	1.324.861,89 €	683.665,64 €	832.179,96 €	1.131.442,74 €	1.895.776,93 €	1.372.429,40 €
Dívida Total	16.585.656,44 €	15.840.679,12 €	15.350.184,42 €	13.184.079,66 €	12.870.156,63 €	11.894.909,89 €	10.658.529,97 €	9.937.027,10 €	8.412.408,30 €

O município não tem desde 2013 pagamentos em atraso com prazo superior a 90 dias.

Em 2009 o prazo médio de pagamentos do Município era de 515 dias, enquanto no encerramento do exercício do ano 2017 (tendo por base a forma de cálculo do PMP e a informação disponível na Direção Geral das Autarquias Locais), o prazo médio de pagamento é de 66 dias.

Prazo Médio de Pagamentos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de Dias	515	53	170	97	70	54	44	64	66

8.4 Endividamento Municipal

No que importa ao conceito de endividamento líquido municipal, o art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (LFL) determina que a dívida total do Município não pode ultrapassar em 31 dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

À data do encerramento, verifica-se a ausência de dados por parte das entidades que contribuem para o cálculo do endividamento pelo que os dados apresentados são os refletidos nos mapas da DGAL a 31.12.2017, estando sujeitos a alterações.

Município de Castelo de Paiva

Com base nos dados da DGAL, o limite da Dívida total do Município para 2017 é de 12.783.890,33€, sendo que em 31.12.2017 o valor da dívida total do Município era de 8.577.050€ (com € 68.743 referente à contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.). No entanto, o valor da dívida Municipal total excluindo as não orçamentais e FAM é de 7.972.632€, ou seja no exercício de 2017 o Município não tem excesso de endividamento dispondo ainda margem utilizável no valor de 2.103.856€.

Assim sendo, verifica-se que a dívida total do Município se situa-se em 1,28 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

Esta situação é um reflexo da redução do passivo financeiro.

No que concerne ao endividamento líquido, o "Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro", apresenta uma análise mais pormenorizada sobre este domínio e o enquadramento do município em matéria de limites ao endividamento.

8.5 Indicadores de Liquidez e Endividamento

8.5.1 Indicadores de Liquidez

INDICADORES	2015	2016	2017
Liquidez Geral (Circulante / Dívidas a ct pz)	1,98	1,13	1,21
Liq Reduzida (Circulante-Existências/Div a ct pz)	1,84	1,04	1,10
Liq imediata (CX+Dep+Títulos Neg/Div a ct pz)	0,93	0,47	0,49
Enc Finan Liq/Proveitos Operacionais	0,04	0,01	0,02

8.5.2 Indicadores de Endividamento

INDICADORES	2015	2016	2017
Exigível mLongo prazo / CAF	5,25	3,89	2,97
Tx Endividamen Dívidas ml/Fundos Próprios	1,11	0,99	0,84
Dividas Financei Dívidas a Terc. Mlprazo/F. Próprio	0,53	0,43	0,36
Autonomia Fina C. Próprio / Activo	0,47	0,50	0,40
OUTROS INDICADORES	2015	2016	2017
Capacidade Ree Dívidas Financeiras / CAF	5,25	3,89	2,97
Endividamento Passivo / Activo	0,53	0,50	0,33
Endividamento Dívidas ml / Activo	0,25	0,21	0,14
Solvabilidade Fundos Próprios / Passivo	0,90	1,01	1,19

Município de Castelo de Paiva

9. Controlo Interno

Com a aplicação dos procedimentos de controlo interno, foi possível detectar procedimentos que evidenciaram práticas procedimentais incorretas no serviço de tesouraria, em montantes não materiais, que foram objecto de processo de inquérito interno e consequente processo disciplinar. Na sequência desta situação foram reforçados os procedimentos de controlo interno, nomeadamente, na segregação de funções e a nível de validação de utilizadores, com reforço de práticas internas de controlo e segurança.

10. Proposta de Aplicação de Resultados

A aplicação do resultado líquido do exercício é condicionada pelo disposto no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, de 24 de Fevereiro.

Dando cumprimento ao disposto no POCAL, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício no montante de 1.162.533,96 euros, sejam transferidos para a conta 59 – Resultados Transitados.